

Grupo : GIA

Título : 2723 - AVALIAÇÃO COMPARATIVA DE DESEMPENHO AMBIENTAL NA SUBSTITUIÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA ORIGINADA DE FONTES NÃO RENOVÁVEIS PELA GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA

Autor : TIAGO CHAGAS DE OLIVEIRA TOURINHO Empresa :FURNAS

PERGUNTA	RESPOSTA
<p>Com a substituição desse 82% da energia térmica, qual seria a hipótese para a inserção da energia de base para viabilizar a operação do sistema?</p>	<p>Sabe-se que algumas fontes de energia renováveis, como biomassa, solar e eólica, têm papel complementar na matriz energética brasileira, sendo consideradas fontes marginais. Contudo, elas são importantes para manter a característica de baixo uso de fontes térmicas não renováveis. Portanto, gerar simultaneamente uma maior quantidade de energias renováveis, mesmo que de forma intermitente, permitiria que a energia de base térmica pudesse ser reduzida, mesmo que minimamente, ou acionada com menor frequência. Isto já seria um auxílio na redução das emissões de gases de efeito estufa. Esse trabalho teve um cunho teórico, visando a manutenção dos valores de energia elétrica atualmente produzidos, porém com um menor impacto ao meio ambiente, de forma holística. Neste contexto, os resultados são válidos como ponto de partida para novos estudos.</p>
<p>Por que eólica impacta mais em eutrofização de água doce?</p>	<p>Os dados de eólica são obtidos da base de dadosecoinvent, com uma média de dados europeus e inclui os módulos de aerogeradores de 880kW (União Europeia) e 2MW, offshore. Muito provavelmente a categoria de impacto “eutrofização da água doce” está relacionada com alguma etapa da produção dos módulos aerogeradores, os quais requerem ferro e concreto, por exemplo, e estes últimos requerem o processamento de matérias primas, como a exploração de minério, etc. E a hipótese é que estes processos devem impactá-la, seja pelos resíduos, seja pelos efluentes gerados.</p>
<p>Quem seria o executor dos planos de AbE?</p>	<p>Esta pergunta, durante a sessão, foi direcionada para o Trabalho GIA-16 "Adaptação Baseada em Ecossistemas e UHEs: Uma proposta de ações". Sugiro orientá-la para o respectivo trabalho.</p>

Grupo : GIA

Título : 2130 - DIAGNÓSTICO EM ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL DE UHES: EFEITO DO DESENHO AMOSTRAL NA EFICIÊNCIA DO LEVANTAMENTO DE VERTEBRADOS TERRESTRES PARA AS UHES SÃO MANOEL E TELES PIRES

Autor : VERONICA SOUZA DA MOTA GOMES Empresa :EPE

PERGUNTA	RESPOSTA
Quais os resultados de uma comparação entre TP4, SM5 e 6?	Estes dois módulos amostrais da UHE São Manoel são bem próximos a TP4 (módulo da UHE Teles Pires), de fato. Mas esta comparação segue a tendência geral de riqueza de espécies encontrada para Teles Pires muito maior que a encontrada para São Manoel. O número de espécies de aves registradas para os dois módulos de São Manoel (SAM 5 SAM 6) não alcança o número de espécies registradas para TP4.
A diferença encontrada entre os dois métodos não poderia ser uma atribuída a uma variação do próprio ambiente, uma vez que os métodos foram utilizados em diferentes locais?	Partiu-se da premissa que a variação na vegetação não influenciaria expressivamente os resultados, uma vez que ambas áreas amostrais estão localizadas na transição Amazônia - Cerrado e as fitofisionomias amostradas são as mesmas (principalmente Floresta Ombrófila Densa submontana e Contato Floresta Ombrófila - Cerrado). Poderia haver influência da antropização sobre as áreas amostradas, pelo fato de aves de sub-bosque de interior de floresta poderem ser afugentadas por efeito de borda e espécies mais generalistas estarem mais presentes no interior da floresta nessas áreas. No entanto, as unidades amostrais de TPI que estavam próximas a áreas antropizadas não apresentaram resultados discrepantes em espécies exclusivas em relação às demais unidades. Nenhuma unidade amostral de São Manoel esteve próxima a alguma área antropizada.

Grupo : GIA

Título : 2124 - DIFICULDADES NO APROVEITAMENTO DA MADEIRA ORIUNDA DA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS: DESAFIOS PARA O SETOR

Autor : JOACHIM GRAF NETO Empresa :COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO SA

PERGUNTA	RESPOSTA
Qual o percentual solicitada e qual a base de decisão?	No caso da UHE Colíder o percentual de supressão da vegetação aprovado pelo órgão ambiental foi de 70% de supressão e 30% de manutenção de vegetação. A base para definir este percentual é o estudo de modelagem da qualidade da água que leva em consideração a quantidade de biomassa a ser alagada que durante o processo de decomposição irá consumir o oxigênio da água. No caso, deixando 30% de vegetação não afetará a qualidade da água para a fauna aquática.

<p>Se os processos burocráticos fossem ágeis, como lidar com o alto percentual de madeira não comercializável?</p>	<p>Enquanto não houver uma destinação adequada e o material tiver que ser retirado (se a modelagem da qualidade água indicar) o correto é enterrar ou queimar, ou seja, não gastar mais recursos naturais fósseis para deixar apodrecer fora da área de alagamento. Primeiro lugar deve-se definir o quantitativo de biomassa a ser retirado, em seguida aproveitar ao máximo os recursos naturais retirados e por último destinar os resíduos com o menor impacto possível.</p>
<p>Se a supressão vegetal for de apenas 10% os outros 90% não iriam decompor no fundo dos reservatórios e emitir gases do efeito estufa?</p>	<p>Durante a apresentação foi apresentado que o inventário florestal indicou que 10% da madeira retirada tem alto potencial de aproveitamento, ou seja, deve-se dar prioridade para retirada e aproveitamento destes 10%. Os outros 90%, enquanto não se tem definido qual é o melhor aproveitamento, enquanto não se tem definido qual é a destinação não adianta retirar da área de alagamento, ou seja, recomenda-se enterrar ou queimar, justamente para não afetar a qualidade da água durante o enchimento. A decomposição da madeira não utilizada nas áreas adjacentes ao reservatório emite mais metano do que se o material for queimado e enterrado.</p>
<p>Qual a lógica de impedir a construção de grandes reservatórios se a geração de energia necessária nos períodos de seca se dará por meio de fontes fósseis?</p>	<p>Creio que concordamos com essa questão. A apresentação não teve o intuito de questionar e impedir a construção de grandes reservatórios, pelo contrário, a mensagem é que não podemos iniciar o licenciamento dos grandes reservatórios sem antes ter resolvido a destinação da madeira. Atualmente a madeira é tratada como um resíduo, porém este recurso natural tem grande potencial e não deve ser desperdiçado como vem sendo feito.</p>
<p>Grupo : GIA Título : 2224 - INDICADORES DE RISCO DE QUEDAS E ELÉTRICOS PARA AVALIAÇÃO VISUAL DE ÁRVORE URBANAS Autor : ANTÔNIO CARLOS VALBERT DELGADO Empresa :CGTI</p>	
<p>PERGUNTA</p>	<p>RESPOSTA</p>
<p>Qual o tempo médio de inspeção de cada árvore? A planilha preenchida é manual ou em tablet?</p>	<p>Para uma árvore de tamanho médio (8 metros de altura) em torno de 2 a 3 horas, para uma árvore grande histórica em torno de 6 horas. Atualmente é preenchida em papel, transcrita para uma planilha excel, onde os algoritmos são calculados por macros e sai o resultado dos índices finais. Na próxima fase do projeto de P</p>

Grupo : GIA
Título : 2739 - INTRODUÇÃO DE IMPOSTO AMBIENTAL EM UM PROBLEMA DE DESPACHO ECONÔMICO DE CARGA
Autor : JEFFERSON OLIVEIRA DOS SANTOS Empresa :UNIPAMPA

PERGUNTA	RESPOSTA
Aplicar imposto sem cobrar responsabilidade ambiental ?	A aplicação do imposto não tem o objetivo desincentivar a responsabilidade ambiental, mas prover uma compensação pela externalidade negativa gerada pelas usinas termoeletricas. A responsabilidade ambiental deve ser incentivada e existir por parte de todos, inclusive acompanhada pelos órgãos competentes se a mesma tem sido considerada.

Grupo : GIA
Título : 1873 - LT 500 KV ARA-TAU: COMO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL PODE PROPICIAR A CONSERVAÇÃO DA ESPÉCIE AMEAÇADA CALLITHRIX AURITA (SAGUI-DA-SERRA-ESCURO)
Autor : JESSICA MOTTA LUIZ BOM Empresa :COPEL

PERGUNTA	RESPOSTA
Que tipo de ação pode ser tomada para evitar a extinção local da espécie? Já existe alguma delineada? Alguma perspectiva para informar?	A próxima fase das ações relacionadas à espécie, visa justamente a proposição de medidas de conservação. Estamos buscando delinear essas medidas juntamente com os pesquisadores e com o ICMBio. O ICMBio indicou a realização de um monitoramento mais abrangente, mas a ideia de apenas monitorar mais áreas sem a execução de medidas que visem efetivamente a conservação, nos fez questionar o que estava sendo proposto pelo órgão ambiental. As medidas de manejo para conservação são bastante abrangentes e devem ser planejadas olhando o ambiente como um todo. Assim, poderiam ser realizadas ações como o enriquecimento dos fragmentos florestais existentes, para que pudessem se tornar áreas visadas por C. aurita, por apresentarem recursos naturais atrativos; o manejo das espécies exóticas propriamente dito, o que implica em uma discussão científica sobre o método a ser adotado e necessitaria de autorizações ambientais da CETESB dependendo de quais fossem; o estabelecimento de uma área prioritária para a conservação de C. aurita, com o estabelecimento de uma zona tampão, na qual seriam monitorados os fatores de risco, como aproximação de exóticos, podendo se aplicar a essa zona tampão as medidas de manejo necessárias, evitando o encontro das espécies etc; ações de educação ambiental com a população, para evitar a soltura dos exóticos, o reconhecimento do animal nativo e a importância da preservação dos fragmentos florestais, dentre outros. Não temos, no entanto, uma perspectiva de qual ação será implantada e nem de quando isso se dará, uma vez que dependemos das determinações do ICMBio e, ainda que estejamos em discussão sobre o que fazer, a

	<p>palavra final será desse órgão ambiental e, possivelmente, se dará como uma condicionante da Licença de Operação do empreendimento.</p>
<p>O custo desta pesquisa foi absorvido pelo orçamento ambiental da LT ou foi computado como custo adicional não previsto?</p>	<p>Foi computado como custo adicional, não previsto. De acordo com a coordenadora da implantação do empreendimento, estima-se que os custos com programas ambientais já se aproxime de 12% do valor total do empreendimento.</p>
<p>Como é a interação entre as 3 espécies de sagui?</p>	<p>As duas espécies exóticas (C. jacchus e C. penicillata) são mais generalistas e competem pelos recursos naturais com C. aurita. No âmbito do monitoramento realizado, até o momento se observou apenas um indivíduo de Callithrix jacchus interagindo com um indivíduo de C. aurita. O encontro se deu ao longo de uma das campanhas de monitoramento e pode ser testemunhado pelos pesquisadores o momento em que o indivíduo de C. jacchus (provavelmente um macho) seguiu o indivíduo de C. aurita (provavelmente uma fêmea) para o interior do PNMAR. Contudo, sabendo-se da existência de híbridos entre as espécies, pode-se inferir que exista uma coexistência entre os grupos. No entanto, vale destacar que a mesma, ainda que se dê pacificamente (o que ainda não foi relatado pelos pesquisadores), apresenta ameaça à conservação de C. aurita, seja pela competição dos recursos naturais, seja pela hibridização em si, que afeta geneticamente a espécie.</p>
<p>Qual a forma de manejo utilizado das espécies exóticas?</p>	<p>O manejo de espécies exóticas envolve diferentes metodologias, tais como 1) captura e eliminação das espécies exóticas, que é um método aceito para algumas espécies, mas é relativamente polêmico, e necessitaria da análise de ser ou não aplicável ao C. jacchus e C. penicillata; 2) captura e repatriação das exóticas, que seria devolvê-las para a área em que ocorrem naturalmente, sendo esta, contudo, uma medida que dependeria de outras análises ambientais, como o conhecimento da capacidade de suporte do local de soltura; 3) captura, castração e soltura dos exóticos, impedindo assim que os mesmos se reproduzissem, mas dependeria de autorização do órgão ambiental tanto pelo manejo quanto por se tratar de soltura de animal exótico; 4) captura e envio para cativeiro, que se confronta com a dificuldade de encontrar locais dispostos a aceitarem os animais, os quais usualmente solicitam uma contrapartida (geralmente financeira) para aceite desses animais. Vale ressaltar que, até o momento, nenhuma ação de manejo das exóticas foi realizada no âmbito desses programas ambientais executados para a LT 500 kV ARA-TAU.</p>

<p>Há projetos semelhantes para preservação de primatas no estados do paraná nas localidades antigidas por It?</p>	<p>O caso apresentado refere-se a uma condicionante específica para este empreendimento. Nesse sentido, não existe previsão para que essa ação seja replicada em outras localidades, a menos que algum programa semelhante seja exigido pelo IAP, que é o órgão ambiental competente pelo licenciamento ambiental de empreendimentos no Paraná. Vale ressaltar que em uma outra LT (LT 230 kV Jaguariaíva - Castro) existem algumas ações a serem desenvolvidas sobre o monitoramento do monocarvoeiro, o Muriqui (<i>Brachyteles arachnoides</i>), as quais estão em fase de contratação.</p>
<p>Existe interlocução também com a gestão do parque municipal, conselho da UC, secretaria de meio ambiente do estado? Principalmente na etapa de delineamento de ações? Qual o papel do órgão licenciador nessa fase? No sentido de acompanhamento das ações e proposições.</p>	<p>O Parque Natural Municipal Augusto Ruschi (PNMAR) não solicitou nenhuma ação referente à espécie <i>Callithrix aurita</i>, especificamente. Apenas se manifestaram em relação a outros programas, como o de reposição florestal. Antes do início dos trabalhos de monitoramento foram realizadas reuniões com o PNMAR e nos foi solicitado apenas que informássemos sempre as datas das campanhas de monitoramento, previamente, o que vem sendo feito. Além disso, o PNMAR sempre deu todo o apoio necessário aos pesquisadores. Até o momento, além do ICMBio nenhuma outra entidade manifestou qualquer proposição relativa aos trabalhos realizados com essa espécie no âmbito da LT 500 kV ARA-TAU. A CETESB, que é o órgão responsável pelo licenciamento do empreendimento, apenas solicitou que a condicionante do ICMBio fosse atendida e que enviássemos os comprovantes de atendimento.</p>
<p>Grupo : GIA Título : 1892 - MONITORAMENTOS DE PEIXES NOS REVELAM FATORES QUE ESTRUTURAM A COMUNIDADE EM RESERVATÓRIOS? Autor : RAQUEL COELHO LOURES FONTES Empresa :Cemig GT</p>	
<p>PERGUNTA</p>	<p>RESPOSTA</p>
<p>As usinas desta cascata apresentam algum mecanismo de transposição? Existe peixamento ou recrutamento? Houve algum impacto neste monitoramento?</p>	<p>Nenhuma usina na cascata do rio Araguari possui sistema de transposição de peixes. Nesse rio eram realizados peixamentos somente nos reservatórios de Nova Ponte e Miranda dentro do Programa de Estocagem. Esses peixamentos apesar de não serem condicionantes ambientais eram praticados, pois foi uma técnica adotada para mitigação dos impactos ocasionados pela construção de hidrelétricas, desde a década de 1960, prevista em instrumentos legais (e.g. Decreto-lei nº 221 de 28/02/1967, Portaria 46 de 27/01/1971 e Portaria 0001 de 04/01/1977 ambas da então Superintendência do Desenvolvimento da Pesca Sudepe) que estabeleciam obrigatoriedade da instalação de Estações de Piscicultura junto às usinas</p>

	hidrelétricas. Análises sobre a efetividade de peixamentos nesses reservatórios, a partir dos monitoramentos, permitiram vislumbrar que a prática é inócua sobre a estrutura da comunidade de peixes.
Na sua opinião, o resultado desta pesquisa poderá ser utilizado com o órgão ambiental para rever periodicidade e metodologia de monitoramento?	Esse é um dos objetivos do projeto que visa responder sobre a efetividade dos monitoramentos da ictiofauna. Pretende-se com o estudo gerar diretrizes que possam nortear os termos de referência para monitoramento da ictiofauna, com indicativos de periodicidade, métodos, perguntas importantes que deverão ser respondidas pelo monitoramento, análise de dados, etc.
No levantamento realizado nos estudo entre 1993 e 2013 houve uma estabilização da distribuição e riqueza das espécies?	Observamos no levantamento realizado que ao longo do tempo houve uma redução na riqueza de espécies, sendo que a partir de alguns anos observa-se sim um equilíbrio dinâmico da riqueza. Contudo é importante observar a composição da comunidade de peixes, pois apesar de haver uma certa estabilização, pode haver (e ocorreu no rio Araguari) substituição das espécies ao longo do tempo, com redução de espécies nativas e aumento de espécies exóticas. Isso caracteriza um impacto adicional a fauna nativa que pode levar a homogeneização dos reservatórios.
Grupo : GIA Título : 1636 - OVOS, LARVAS E JUVENIS DOS PEIXES DA BACIA DO RIO PARANAPANEMA - UMA AVALIAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO Autor : NORBERTO CASTRO VIANNA Empresa :DUKE ENERGY	
PERGUNTA	RESPOSTA
Soltura x transposição manual - comentários. Replicação deste trabalho para outras bacias é possível e viável? Peixamento x recrutamento >> transposição?	Um diagnóstico preciso tanto da soltura como da transposição no que tange a real efetividade como ações de conservação das espécies, necessitam de avaliação criteriosa de diversas variáveis e parâmetros da bacia hidrográfica em questão (tanto pela presença de lagoas marginais, muitas vezes consideradas criadouros naturais, quanto de tributários livres de barragens, considerados rotas para espécies migradoras). Além, disso, o levantamento das espécies que ocorrem na bacia é necessário para que ações sejam tomadas na referida bacia de estudo. A partir desse nosso estudo, observando as questões já acima citadas, bem como um amplo conhecimento da bionomia e distribuição das espécies da bacia, o emprego do repovoamento pode ser uma possibilidade concreta, e a transposição também desde que seja apenas para suprir um fluxo gênico interrompido, pois os estudos de transposição em sua maioria já demonstram que não é um mecanismo eficiente para manutenção de populações e conservação das mesmas, haja vista, o exemplo do complexo Canoas na bacia do rio Paranapanema.

	<p>Porém se o sistema de transposição já é existente nas barragens, os mesmo podem ser avaliados quanto a essa efetividade de suprir uma variabilidade genética das populações a montante, no lugar da simples estocagem (peixamento), mas isso tudo respeitando as características de cada bacia e suas especificidades.</p>
<p>Como tratam a variabilidade genética na piscicultura?</p>	<p>A variabilidade genética na piscicultura é obtida através do uso de marcadores moleculares (marcadores genéticos, tais como microssatélites). Esses marcadores são utilizados para obtenção de informação sobre a variabilidade genética e são aplicados nas populações de matriz, na população dos alevinos produzidos e comparar essa variabilidade genética com a população natural onde os alevinos serão introduzidos. Essas análises objetivam a manutenção da variabilidade genética das populações da piscicultura. Muitas pessoas acreditam que quanto maior a quantidade de peixes no curso de água, melhor a sua qualidade. A relação entre quantidade e qualidade ambiental desencadeia petições para adicionar unidades populacionais de peixes em sistemas aquáticos. A maioria dos alevinos utilizados para repovoamento é realizada com espécies que estão no trecho do rio em que as populações selvagens ainda estão presentes. Conseqüentemente, as interações ocorrem entre alevinos e as populações selvagens, com uma grande possibilidade de diminuir a adaptabilidade da população natural, caso, as populações de cativeiro tenham baixa variabilidade e/ou características distintas da população natural. As práticas de aquicultura podem, inadvertidamente, diminuir a variabilidade genética presente em populações selvagens pela seleção e melhoramento genético de espécimes relacionados ou pelo uso de um pequeno número de reprodutores. Neste caso, a não ser que sejam realizados e mantida a variabilidade genética, há uma grande probabilidade de aumento de endogamia.</p>
<p>Como comparar os dados do ped com o esforço de peixamento?</p>	<p>Haverá uma análise comparativa das estruturas das comunidades ictiológicas de ambos os trechos de estudo e serão empregados os seguintes modelos de avaliação: a- Aplicação comparativa de um modelo de manejo inovador para o Brasil, que terá como objetivo principal a avaliação da dinâmica e funcionalidade das comunidades de peixes em dois tratamentos distintos de povoamento. b- Avaliação dos efeitos ecológicos na estruturação funcional das comunidades de peixes como uma ferramenta de manejo para estoque pesqueiro. Serão empregados métodos de análise qualitativos e quantitativos c- Avaliação da efetividade das solturas dos programas anteriores e a avaliação atual dos reservatórios em</p>

	<p>função dos recursos pesqueiros pela análise do desembarque de pesca nos reservatórios. Dessa maneira serão empregados métodos de ecologia populacional e biologia da conservação em conjunto com as análises de diagnose e estrutural com a genética molecular. Sendo assim teremos condições de testar a eficácia do esforço de povoamento com dados de alta precisão e confiabilidade. Dando um real suporte científico as ações de conservação do estoque pesqueiro e das espécies nativas da bacia, com um enfoque sócio econômico associado a proposta.</p>
<p>Para analisar se os dados de captura refletem a realidade da efetividade das solturas, há alguma comparação com um "ambiente controle" ou alguma indicação do que era esperado para o nº de capturas em relação ao nº de solturas?</p>	<p>Não há um modo comparativo direto pois as capturas do P</p>
<p>Foi feita alguma avaliação sobre a densidade de estocagem para verificar uma quantidade mínima de alevinos que dê retorno para o fitness das espécies? Como será determinada a quantidade de alevinos de dourado para a segunda fase do projeto.</p>	<p>Não foi realizada nesse projeto uma avaliação de densidade, avaliação essa que é questionável ,e não foi o objetivo.,Além do número de indivíduos ser imposto pelos órgãos responsáveis por força de lei, a densidade referida teria que ter um perfil da estrutura ecológica e funcional da comunidade e relacionado a cada porção fragmentada da bacia. Análises de estocagem são empíricas e oriundas da engenharia de pesca, deste modo, não conseguem abranger as especificidades de cada ambiente. Neste contexto é que aplicamos uma nova metodologia que emprega em conjunto a análise ecológica e a genética molecular para a identificação precisa do principal produto do recrutamento que são os ovos e larvas. Além de ser uma metodologia inédita no Brasil, conseguimos efetivamente diagnosticar quais são as espécies que possuem capacidade de recrutar e manter populações viáveis. Então dessa forma, ter uma base qualitativa e quantitativa para propor uma continuidade desse projeto. Nessa segunda etapa serão avaliados o Fitness da densidade de soltura pelo método antigo e outro sobre a eficácia de um novo modelo de soltura onde é considerado a estrutura da comunidade local e os efeitos decorrentes do uso de espécies com amplo conhecimento biológico e genético na bacia em questão. O papel funcional e ecológico que a espécie <i>Salminus brasiliensis</i> exerce na bacia (topo de cadeia e de densidades baixas naturalmente), aliado aos possíveis biótopos que a mesma poderá utilizar na área teste, aliado aos conceitos de genética da conservação serão empregados. Temos como base um número mínimo de 30.000 (trinta mil) indivíduos e que possam se estabelecer naquela área, e dessa forma dar condições a espécie formar populações viáveis e capazes de colonização, inclusive do ponto</p>

	de vista de estoque futuro. Porém com base na literatura científica nessa área, onde é preconizado que no máximo 1% dos alevinos se tornam juvenis viáveis no ambiente natural, a proposta será a soltura de pelo menos um milhão de alevinos ao longo de todo período de estudo.
Grupo : GIA Título : 2274 - PROPOSTA DE PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONCEITO DE USINA-PLATAFORMA Autor : IGOR PINHEIRO RAUPP Empresa :CEPEL	
PERGUNTA	RESPOSTA
Qual é a real redução de impacto? Qual o impacto no preço da energia?	A redução do impacto dependerá da região na qual a usina será implantada e conseqüentemente o custo associado também. O que se buscou no projeto foi a proposição de procedimentos e metodologias, que não só minimizassem e mitigassem impactos socioambientais negativos, mas também atribuissem ao empreendimento um papel de agente proativo na gestão da sustentabilidade da região. Os custos associados dependerão da região e cada caso será um caso.
Como está sendo avaliada a construção do marco legal para o licenciamento ambiental: Ex. termo de referência para cada diferente tipo de empreendimento devido as diferenças ambientais?	Os resultados do projeto UHPLAT são ainda "propostas" de procedimentos e metodologias desenvolvidas pela equipe do projeto. Acreditamos que primeiramente estas propostas devem ser debatidas, e posteriormente quando o MME consolidar o documento final é que as questões relativas ao Marco Legal associadas ao Licenciamento serão tratadas.
Grupo : GIA Título : 2680 - SERVIDÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE COMPENSAÇÃO PELA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA NA IMPLANTAÇÃO DE LINHA DE TRANSMISSÃO Autor : SANDRA ELIS ABDALLA Empresa :COPEL	
PERGUNTA	RESPOSTA
Qual o valor pago pela Copel por hectare pela servidão ambiental?	O valor varia por região e bioma. O valor pago por hectare, no bioma Mata Atlântica, varia na faixa de R\$ 30.000,00 o hectare.
A fiscalização das áreas de servidão fica a cargo do órgão licenciador? O empreendedor realiza algum tipo de monitoramento/acompanhamento?	A fiscalização fica a cargo do empreendedor e acredito que será emitida condicionante para encaminhar relatórios periódicos para o órgão ambiental atestando que a área de servidão ambiental permanece sem uso.

<p>Foi avaliado o potencial de aproveitamento das madeiras oriundas das limpezas de faixas de linhas de transmissão?</p>	<p>Não. A madeira proveniente da supressão para a implantação de LTs fica para o proprietário da área onde ocorre o corte. Caso ele queira comercializar, solicitamos o DOF junto ao órgão ambiental. Essa é uma questão que precisa ser repensada nos processos de licenciamento ambiental, sendo que na maior parte das propriedades a madeira apodrece no local.</p>
--	---